

O BULLYING NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

BULLYING IN SCHOOL EDUCATION: AN INTERVENTION PROPOSAL

Raissa Gazola Correia¹

Rodrigo dos Santos²

RESUMO

Este trabalho destaca a importância do combate ao *bullying* no contexto escolar para a melhoria da educação. A violência gerada pelos alunos nas instituições é uma realidade inegável, ela é sentida em todos os locais, mesmo que seja de modos diferentes. O trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e estudos de caso sobre o tema, propondo uma proposta de intervenção institucional. A intervenção proposta possibilita a melhoria das relações da comunidade escolar, através de atitudes que possibilitem melhor empatia, harmonia e inclusão de todos. O comportamento agressivo tem se tornado comum dentro do espaço escolar. Fenômenos relativos à violência física e psicológica podem ser associados ao baixo rendimento escolar dos alunos. Este estudo analisa a violência protagonizada pelos jovens nas escolas, destacando os fatores que ocasionam a violência escolar. Desta forma, este trabalho tem o objetivo de propor medidas para prevenção e diminuição da ocorrência do *bullying*.

Palavras-chave: escola; violência; pessoas; respeito; *bullying*.

ABSTRACT

This work highlights the importance of combating bullying in the school context for the improvement of education. The violence generated by the students in the institutions is an undeniable reality, it is felt everywhere, even in different ways. The work is based on bibliographic research and case studies on the subject, proposing a

¹ Graduação no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro SP. E-mail: raissa_gazolla@hotmail.com

² Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro SP. E-mail: rsosantos@gmail.com.

proposal for institutional intervention. The proposed intervention makes it possible to improve the relations of the school community, through attitudes that enable better empathy, harmony and inclusion of all. Aggressive behavior has become common within the school space. Phenomena related to physical and psychological violence may be associated with poor student achievement. This study highlights the violence carried out by young people in schools, analyzing the factors that cause school violence. In this way, this work has the objective to propose measures for prevention and reduction of the occurrence of bullying.

Keywords: school; violence; people; respect; bullying.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho destaca a importância do combate ao *bullying* no contexto escolar para a melhoria da educação. Não é raro encontrar alunos que tenham passado por experiências físicas e psicológicas traumatizantes durante o período escolar. Este assunto de extrema importância tem levado muitos especialistas na busca de soluções para conscientizar os agressores, bem como punir os seus infratores. O *bullying* ainda não é um problema resolvido, tão pouco há uma solução para o dilema. Em casos extremos, na tentativa de diminuir a violência, alguns estados/prefeituras estão optando pela militarização de escolas.

Em uma situação de extrema vulnerabilidade, desigualdade social e segregação, a juventude acaba formando um universo de excluídos compondo um cenário que tem tornado possível estabelecer relações com a violência. Entende-se, com isso, que essas carências sociais podem acabar desencadeando comportamentos violentos os quais podem ser facilmente visíveis nos espaços mais comuns de socialização, como por exemplo, a escola. A violência escolar pode se manifestar como o resultado do impacto que a desigualdade social e a negação de acesso aos direitos básicos de saúde, educação, lazer, cultura e bens materiais sobre os indivíduos e ou grupos sociais (CASTRO et al., 2001).

O espaço escolar não é somente um espaço de transmissão de aprendizagem. A escola é um local onde interações de diversos tipos acontecem

ressaltando, de modo geral, reflexões, conhecimentos, tendências, redes de amizades e relações sociais.

Este estudo analisa a violência protagonizada pelos jovens nas escolas, destacando os fatores que ocasionam a violência escolar. Desta forma, este trabalho tem o objetivo de propor medidas para prevenção e diminuição da ocorrência do *bullying*.

O trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, fundamentando o conceito de *bullying* através da análise de diferentes estudos de caso (MINAYO E SOUZA, 1993; RISTUM, 2001; SOUZA, 1993; MARTIN BARÓ, 1997; GONZÁLEZ REY, 2006; MINAYO, 1994; ABROMOVAY E RUA, 2003; BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 1999; CARDIA, 1997; SPOSITO, 1998; MIDDELTON-MOZ E ZAWADSKI (2007), LOPES NETO (2005); SILVA, 2010; ABRÁPIA, 2010; LINS (2010, SMITH, ANANIADOU E COWIE, 2003).

Na seção II, “OS DIFERENTES CONCEITOS ACERCA DA VIOLÊNCIA”, conceitua-se a violência, identificando suas causas e origens, assim como, a dificuldade de identificação da violência por parte das instituições escolares. Na seção III, “A MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR”, analisa-se como a violência se manifesta no âmbito escolar, os fatores que ocasionam a violência, e também, as transformações da sociedade que desencadeiam a violência nas escolas. Na seção IV, “O BULLYING NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO”, analisa-se o bullying em suas definições, causas e efeitos, destacando suas principais formas de intervenções.

Através de uma proposta de intervenção escolar, este estudo deseja que as escolas se tornem ambientes mais seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao ápice, os suas habilidades e competências para a vida em sociedade.

2. OS DIFERENTES CONCEITOS ACERCA DA VIOLÊNCIA

A violência é um dos grandes e principais problemas da humanidade, compondo sua estrutura em todos os momentos históricos. Historicamente, diversos estudos científicos tiveram a preocupação em entender a essência do fenômeno da violência

humana, sua natureza, suas origens e meios apropriados de preveni-la e eliminá-la da convivência social. No entanto, quando observamos especificamente a violência escolar, é preciso que se tenha alguma clareza acerca do conceito sobre violência escolar.

Observa-se que, não há uma definição consensual sobre a violência humana, devendo, portanto, ser historicamente situada e compreendida. O Dicionário Michaelis (1998), por exemplo, define-a da seguinte maneira:

1 Qualidade de violento. 2 Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. 3 Ação violenta. 4 Opressão, tirania. 5 Intensidade. 6 Veemência. 7 Irascibilidade. 8 Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9 Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outra; coação (MICHAELIS, 1998, p. 541).

Minayo e Souza (1993, p.2) afirmam que:

a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

A violência, que pode ser considerada um fenômeno social e variado, tem sua definição em constante mutação devido aos seus vários sentidos. Um dos problemas de sua conceituação é que não há padrões sociais imutáveis, sendo assim, pode ser dirigida pelo julgamento social, e isso torna difícil a obtenção de consenso.

Recentemente, a violência tem sido estudada por outras áreas do conhecimento que historicamente se debruçaram sobre o tema, tais como ciências sociais, jurídicas, médicas, saúde, entre outras. O fenômeno permite a existência de diferentes visões, mostrando a dificuldade de delimitação conceitual. Delimitar um objeto ou evento social requer antes de tudo, uma visão multi focada de todos os fatores, sobretudo o foco no humano e no social e não apenas no que tange à lei e à justiça (SOUZA, 1993).

Pode-se observar que, além dessa complexidade que o fenômeno da violência demonstra, há também dificuldade na identificação do que a constitui de forma básica, como as suas causas e origens. Algumas teorias relacionam violência e agressividade afirmando que esta é inata e espontânea. Sob esta óptica, os processos sociais são reduzidos à conduta individual. Outras afirmam que é uma estratégia de sobrevivência das camadas populares. E um terceiro grupo de teorias parte do pressuposto de que a violência é uma expressão essencialmente humana, que possui um caráter histórico, ou seja, para compreendê-la na sua totalidade é importante desvendar a sua estrutura social, histórica e cultural da sociedade (SOUZA, 1993).

Martin Baró (1997) traz a ideia de que a posição na estrutura de classes que o indivíduo ocupa é ponto de partida para se entender a atividade que ele realiza como sujeito nessas relações sociais. O trecho abaixo demonstra que para o autor, o contexto social e a interação com o meio influenciam na percepção dos indivíduos em relação ao mundo em que estão inseridos.

A sociedade prevê que o indivíduo, colocado em um determinado contexto social e em convívio com esse meio, vai formando alguns esquemas cognitivos que selecionam e processam sua informação, que filtram e configuram o que ele vai aceitar como realidade, como o mundo (MARTÍN-BARÓ, 1997, p.9).

A aparência como a violência é entendida sofre influências do meio, porém, a subjetividade se estabelecerá de maneira única. González Rey (2006) trabalha a violência como uma produção subjetiva e ilustra como é tratada a influência do meio no comportamento humano, sem um viés determinista por se considerar o sujeito um agente radical e autor da própria biografia. Para o autor, o estereótipo da pessoa violenta, geralmente, está associado com determinados tipos físicos da população. A pessoa violenta na América Latina está associada ao índio, negro, pobre, branco que, por traços étnicos e pela forma de se vestirem, sofrem preconceitos.

Existem diversos estudos acerca da violência, que buscam classificá-la para que assim possam delimitar suas formas de expressão e dê impacto tanto nos seres humanos quanto nas instituições em que a violência se apresenta.

A violência pode ser classificada em: a) violência estrutural, que é expressa nas estruturas organizadas e certificadas que induzem as práticas de socialização; b) violência da resistência, expressa nas diferentes formas de resposta dos indivíduos oprimidos à violência estrutural; c) violência da criminalidade, que entende as inúmeras linhas de delito, se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida (MINAYO, 1994).

A violência estrutural costuma ser considerada como espontânea. Poucas vezes, não é questionada sob o pretexto da instabilidade da ordem social; ainda que, a partir da década de 80, ter-se uma apreensão alta com a violência, apropriado ao fato de o Brasil atravessar por um desequilíbrio social, político e econômico. Cruz Neto e Moreira (1999) citam fatores que podem contribuir para a violência como: a) socioeconômicos, b) institucionais, c) culturais, d) demografia urbana e) meios de comunicação, f) globalização.

No espaço da violência de resistência, nota-se que esta se cria com base nas diferentes respostas dos grupos, classes, nações e indivíduos que são oprimidos pela violência estrutural. Segundo Minayo (1994), essa forma não é “naturalizada”, mas ao contrário, ela é objeto de contestação, e até mesmo, de repressão pelo poder político. Violência e justiça andariam juntas e, na realidade social, teriam uma complexa relação dialética, podendo-se pensar em uma violência que ataca a justiça ou em uma justiça que a restabelece e a defende.

Roubo, fraude, tráfico de drogas, são comportamentos que pressupõem meios ilegítimos para alcançar bens materiais chamado de violência da delinquência. A violência da delinquência pode ser compreendida melhor quando se entende a violência estrutural. Segundo Minayo (1994), essa forma de violência é aquela que pode ser revelada a partir das ações fora da lei socialmente reconhecida. A violência estrutural não apenas confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e até mesmo os impulsiona ao delito. Inúmeros fatores sociais contribuem para expandir a delinquência. Neste campo que uma violência leva à outra ou lhe dá origem.

Problemas sociais envoltos em aspectos de violência estrutural originam comportamentos delinquentes, gerando, a violência da delinquência. Tal fato deixa

claro que os espaços precisam ser delimitados no campo da violência, assim como, suas definições precisam ser coerentes.

Ainda que o termo “causas externas” seja muito amplo e caracterizado pelos efeitos e causas da violência, pesquisas como esta têm conseguido criar um perfil da mortalidade, permitindo reflexões e proposições de estratégias antiviolença. Desde 1997, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciou uma série de pesquisas centradas nos temas de Juventude, Violência e Cidadania, apresentando propostas concretas de políticas públicas, a fim de contribuir para a busca de solução para os problemas que afetam a juventude, destacando sua ligação com questões tais como: exclusão social, mercado de trabalho, família, educação, participação social, protagonismo juvenil, entre outros.

No âmbito dessas preocupações, os objetivos podem ser descritos em sentido amplo, como identificar e analisar as percepções de alunos, do corpo técnico pedagógico e dos pais sobre as violências nas escolas e suas causas, descrever a frequência e a gravidade dos incidentes, avaliar seu impacto sobre a aprendizagem e identificar os mecanismos adotados ou recomendáveis de prevenção, redução e erradicação do problema (ABROMOVAY; RUA, 2003).

A violência é um fenômeno socialmente construído e qualquer estratégia que visa combatê-la terá que construir uma nova história. Para compreender a violência dentro de qualquer esfera da sociedade, é preciso aprofundar em suas origens e formas de manifestação, bem como na representação social que a humanidade tem feito dela (ABROMOVAY; RUA, 2003).

Neste estudo, entende-se a violência como um comportamento que causa desvantagem a alguém ou objeto. Invade a autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. Diferencia-se de força, palavras que costumam estar próximas na língua e pensamento cotidiano. Enquanto força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou firmeza de algo, a violência definida pela ação imoral, agitada e baseada na ira, que não demonstra ou tenta convencer o outro, simplesmente o agride através da submissão.

3. A MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Segundo o artigo 18 do Estatuto da Criança e do adolescente “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1988).

Bock, Furtado e Teixeira (1999) afirmam que a escola faz parte do processo de socialização, sendo considerada a continuidade do processo que foi iniciado na família. Portanto, os valores, expectativas e práticas que envolvem o processo educativo são semelhantes. No âmbito escolar, é necessário destacar a violência exercida seletivamente sobre as crianças e os jovens pertencentes às camadas populares.

Para Cardia (1997), os jovens que tem baixa-estima, que sentem dificuldade em se vincular com a escola devido aos repetidos fracassos, utilizam o vandalismo como modo de se apropriar dela (escola) e, de certo modo, vencê-la.

Geralmente, a escola é desorganizada, há falta de professores, de material. Mas, exige-se a organização dos alunos, muita desordem entre o que se oferece e o que se exige. Para tentar solucionar a indisciplina, geralmente, a escola procura aumentar a vigilância, ampliar as normas e regulamentos. Entretanto, a indisciplina, violência e o desrespeito vêm aumentando frequentemente. Muitas vezes, no ambiente escolar, a violência e o desrespeito se constituem em uma resposta que os alunos dão à repressão, às normas rígidas e aos desrespeitos oferecidos pelos professores, diretores e funcionários. Em realidade, o sistema não valoriza o rendimento escolar da classe desfavorecida.

Outro ponto com extrema importância para a compreensão do fenômeno da violência nas escolas é o crescimento da presença do narcotráfico nos grandes centros urbanos. Atualmente, há uma grande influência em relação aos alunos (CARDIA, 1997).

É necessário que os educadores estejam atentos a tal forma de violência, pois a mesma interfere no cotidiano escolar, afetando o comportamento dos alunos, assim como, o desempenho escolar. A escola deve estar preparada para lidar com a

violência da melhor forma possível, valorizando a vida do aluno para que não ocorra a discriminação (CARDIA, 1997).

Deve-se atentar que, para a infância e a juventude, a escola deveria ser um espaço seguro com regras claras e limites bem definidos. Ao mesmo tempo, um espaço também acolhedor capaz de promover interações positivas, bem como garantir o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Porém, a realidade tem demonstrado o contrário ao transformá-la em palco de violências de todos os tipos.

No entanto, na visão de Sposito (1998) existe, sim, um tipo de violência que nasce no interior da escola como uma forma de relação direta com o estabelecimento de ensino, fazendo com que a escola deixe de ser um lugar seguro de integração social, para se transformar num espaço de ocorrência de violência. Essa concepção considera que é a prática de toda a comunidade escolar, que participam do cotidiano escolar, devendo ser observada, na medida em que podem, elas mesmas, produzir a violência escolar.

Torna-se necessário ampliar a compreensão da questão das violências observadas no ambiente escolar, considerando a possibilidade de que muitas das condutas antissociais, atos e comportamentos violentos são o resultado de violências sofridas, não só no interior da escola ou no seu entorno, mas também, dentro do próprio ambiente familiar (SPOSITO, 1998).

As transformações pelas quais a sociedade passa se refletem na escola e, dessa forma, a violência urbana está inclusa na escola por meio de suas várias faces. Um tipo de violência muito presente no contexto escolar e que pode ser considerado parte da violência simbólica, é a prática do *bullying*, que é um termo inglês que possui os sinônimos como: zoar, intimidar, humilhar, ameaçar, agredir, furtar, excluir ou difamar (DAN OLWEUS; 1993).

Para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a escola, antes vista como segura, também experimenta a violência que nada mais é que um “reflexo do clima de violência e de injustiça que caracteriza seu entorno” (UNESCO, 2003, p.58).

4. O BULLYING NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Em linhas gerais o *bullying* é definido como uma variação existente dentro do conceito de violência, configurada em atos agressivos, repetitivos, alavancando consequências sérias à saúde de adolescentes, que além de lidarem com suas intensas mudanças pessoais (emocionais e fisiológicas), buscam serem aceitos pelas suas singularidades em meio à discriminação. Dan Olweus (1993) não considera como *bullying* a agressão entre pares que apresentam características físicas e emocionais similares. Para que o *bullying* ocorra, é necessário que os indivíduos convivam por um período prolongado em um mesmo contexto ou ambiente, como dentro da escola, por exemplo, embora este tipo de violência ocorra nas comunidades de um modo geral, e já se configure um problema de saúde pública em escala mundial.

No Brasil, o ato pode levar os jovens infratores à aplicação de medidas socioeducativas. De acordo com o código penal brasileiro, a negligência com um crime pode ser tida como uma coautoria. Na área cível, e os pais dos *bullies* podem, pois, ser obrigados a pagar indenizações e pode haver processos por danos morais.

A violência pode se manifestar por meio de ofensas verbais, humilhações, exclusão e discriminação, mas também pode envolver agressões físicas e sexuais. Essa violência pode ocorrer em qualquer escola, independente das classes sociais e econômicas dos alunos. Porém, ainda existem escolas que insistem em negar a ocorrência do *bullying*, algumas vezes por desconhecer as causas, outras por não querer comprometer a imagem da instituição diante a sociedade.

Para Middleton-Moz e Zawadski (2007), quando esse se dá na forma de mais de dois indivíduos contra uma vítima é chamado de *mobbing*. O *bullying* pode ocorrer entre alunos, professores, funcionários, não importa a idade. O *bullying*, segundo Lopes Neto (2005), pode ocorrer direta ou indiretamente. O direto é utilizado quando os agressores atacam as vítimas por meio de ameaças, apelidos, agressões físicas e expressões ou gestos que causam mal-estar nas vítimas. O indireto compreende atitudes de indiferença, difamação, exclusão, maioria das vezes quando as vítimas estão ausentes.

Dentre os principais comportamentos de maus-tratos ou de intimidação, pelos quais a prática do *bullying* pode ser manifesta, Silva (2010, p. 23-24) classifica os seguintes:

- Físico e Material: bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima e atirar objetos contra um indivíduo.
- Psicológico e Moral: irritar, humilhar e ridicularizar, excluir, isolar, ignorar, desprezar ou fazer pouco caso, aterrorizar e ameaçar, perseguir, difamar, intrigas e fofocas.
- Sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar.
- Verbal: insultar, ofender, xingar, apelidos pejorativos, “zoar”.
- Virtual: caluniar e ofender utilizando aparelhos de comunicação (celular e internet), também conhecido como *ciberbullying*.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA; 2010) considera como alvos do *bullying* pessoas ou grupos que sofrem ou são prejudicados devido os comportamentos de outros que não dispõem de recursos, status ou habilidade para reagir ou fazer cessar os atos danosos contra si. Entretanto, Lopes Neto (2005) classifica que os alvos do *bullying* na escola são alunos que possuem poucos amigos, passivos, retraídos, sofrem com alguma vergonha, medo, depressão e a ansiedade.

As vítimas do *bullying* escolar apresentam comportamentos peliculares. Silva (2010) ressalta que alguns sinais podem facilitar a identificação desse fenômeno nas dependências das escolas. Como exemplos: no recreio, as vítimas preferem ficar isoladas, ou perto de adultos buscando proteção. Na sala de aula, apresentam postura retraída, faltas frequentes as aulas, mostram-se tristes, deprimidos ou aflitos. Nos jogos ou atividades em grupos, sempre são os últimos a serem escolhidos.

Segundo UNICEF (2011, p. 55):

:

É preocupante a frequência com que a palavra “juvenil” está associada à palavra “delinquência”. É evidente que a adolescência é uma etapa de incertezas que pode colocar alguns jovens em conflito com a lei e pôr em risco sua saúde e seu bem-estar. Além disso, há tendências globais que agravam esses riscos, entre as quais, o rápido crescimento populacional e da urbanização, a exclusão social e o aumento no abuso de drogas. No entanto, o crime ou a violência entre jovens é apenas parte da história. É importante recordar que muitos adolescentes entram em contato com a lei na qualidade de vítimas.

Para Lins (2010, p. 13), atualmente, o *bullying* passou a ser considerado como “problema de saúde pública”, devendo ser reconhecido e assistido por profissionais especializados da área. Smith, Ananiadou e Cowie (2003) apresentam algumas propostas de intervenções contra a prática do bullying, são elas:

- 1- **Intervenções dirigidas ao nível escolar:** I) Políticas escolares – a instituição de um documento escrito com os objetivos e regras de *anti-bullying*, adotando um sistema democrático participativo; II) O clima da classe de aula, ou seja, a busca pela harmônica e respeitosa relação entre professor- aluno e aluno-aluno, diminui muito a implementação de comportamentos de *bullying*; III) O suporte de atenção, que são técnicas de trabalho cooperativo de classe, como rodas pedagógicas, colaboração mútua entre alunos com maior e menor dificuldade nos conteúdos, hora de roda em grupo quando ocorrer qualquer tipo de problema de classe, formação de uma comissão para resolução de problemas e mediação (sempre sob a supervisão de um professor); IV) O tribunal escolar, onde alunos são eleitos para ouvirem os casos e julgarem suas causas e ou punições para os casos de *bullying*. Segundo os autores, houve casos de regresso de 70% para 6% os casos de *bullying* para essas estratégias; V) Melhoramento das áreas de lazer: grande parte dos casos de *bullying* acontece nas áreas de lazer ou pátios escolares. Melhoramentos estéticos e funcionais dessas áreas apontaram para um decréscimo significativo nas manifestações de *bullying*.
- 2- **Intervenções ao nível de classe:** Os trabalhos curriculares, que podem ser realizados considerando uma gama de possibilidades de trabalhos de grupos de discussão e de estimulação de ideias para descobrir o conhecimento.

3- Intervenções ao nível individual: Trabalho com alunos específicos - o treinamento de confiança tem sido recomendado para alunos vítimas ou potencialmente vítimas de *bullying*, como forma de enfrentamento de situação assumindo uma condição não-passiva, porém também não-agressiva frente às situações que possam aparecer.

Observa-se, assim que, a ação escolar contra o *bullying* deve ocorrer nos três planos colocados acima. Destacando-se que a cultura escolar contra o *bullying* é um importante mecanismo de combate a este tipo de violência. Quando há omissão em relação aos casos de *bullying*, não promovendo ações contrárias, a escola permite a manutenção da violência escolar, dificultando o desenvolvimento dos alunos. Portanto, Ações afirmativas da comunidade escolar são instrumentos para coibir o *bullying*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se destacar que a violência escolar não se resume a uma série de dados objetivos. A violência escolar apresenta-se também como experiências vivenciadas de formas múltiplas e distintas por aqueles que as sofrem. Observa-se que, o *bullying*, por ser uma das violências mais rotineiras nos últimos anos, deve ser identificado e combatido pela comunidade escolar, que deve estabelecer instrumentos efetivos de ação.

A proposta de intervenção escolar existente neste estudo busca a melhoria das relações na comunidade escolar, tornando as escolas ambientes mais seguros e saudáveis. O trabalho destacou o impacto da estrutura educacional sobre a comunidade escolar e a manifestação do *bullying*. A proposta de intervenção procura garantir a estrutura e as condições necessárias para o desenvolvimento escolar. Neste ambiente, as crianças e os adolescentes podem desenvolver melhor suas habilidades e competências para a vida em sociedade. Portanto, a proposta de intervenção combate uma realidade difícil nas escolas, que impede o

desenvolvimento escolar. Não se pode admitir que alunos sofram violências, que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se caleem para que não sejam também atacados e acabem por considerar banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos, adotem comportamentos agressivos. Tal situação impede o desenvolvimento escolar e a preparação de crianças e adolescentes para a vida adulta em sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M et alli. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. UNESCO, Brasília, 2002.

ABRAMOVAY, M. & Calaf, P. (2010). Bullying: **Uma das fases das violências nas escolas**. *Revista Jurídica consulex*. 14 (350) 34-35.

ABRAMOVAY, M. & Rua, M. G. (2003). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO.

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano nas escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAPIA. **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. 2010.

ARIÈS, P. (2006). **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

BOOK, A. M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARDIA, N. **Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, política e direitos humanos**. S.I.: Lusotopie, 2003.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M., RUA, M. G. e ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

ECA, Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8069/90. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Adolescência: uma fase de oportunidades**. New York, Fev de 2011. [acessado 2018 out 21]; [cerca de 148 p.]. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf

LINS, R. C. B. S. **Bullying: Que fenômeno é esse?** Rev. Pedag., vol. Inaugural, 2010.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p.164, 2005.

MIDDELTON-MOZ, J.; ZAWADSKI, M. L. **Bullying: estratégias de sobrevivências para crianças e adultos**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

MINAYO, M. C. de S.. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S7-S18, 1994. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

OLWEUS, D. **Bullying at school: What we know and what we can do**. London, Lackwell, 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SILVA, A. B. B. **Bullying: Cartilha 2010** – Projeto Justiça nas Escolas. Conselho Nacional de Justiça. CNJ/FMU. Brasília: 2010b.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010a.

SMITH, Peter K.; ANANIADOU, Katerina; COWIE, Helen. **Interventions to reduce school bullying**. The Canadian Journal of Psychiatry, v.48, n.9, p.591-599, 2003.

SPOSITO, M. P. **A Instituição Escolar e a Violência**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.104, PP 58-75, Jul 1998.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Aprender a viver juntos: nós falhamos?** Síntese das reflexões e das contribuições extraídas da 46ª Conferência Internacional da Educação da UNESCO. Brasília: UNESCO, IBE; 2003.

Recebido em 14/12/2018

Aprovado em 11/3/2019